

Aparecido e partidos se unem contra Reale

A exceção da Igreja, a tese defendida pelo jurista Miguel Reale conseguiu a condenação unânime dos partidos políticos de Brasília e, também, do governador José Aparecido, para quem a posição do jurista deve ser "considerada e debatida por toda a sociedade".

Apesar dessa posição aparentemente conciliatória, Aparecido fez questão de ressaltar que Brasília é, hoje, uma cidade "madura", que se transformou em um grande centro, devendo, portanto, mudar. E, em seguida, perguntou: "Os prefeitos de Paris e Washington são eleitos pelo voto direto. Por que aqui não deveria ser igual?"

Já o presidente do PMDB, Milton Seligman, lembrou que a solução política institucional encontrada pela comissão de notáveis que elaborou o anteprojeto da Constituinte, na

qual o professor Reale foi voto vencido, satisfez inteiramente aos anseios da cidade. Na sua opinião, Brasília merece um tramento político singular, mas que deve abranger eleições diretas em todos os níveis.

— Quanto às cidades-satélites — prosseguiu — o presidente do PMDB — deve também ser encontrada uma fórmula singular que permita "a esse enorme conglomerado eleger seus representantes sem, entretanto, serem criados municípios".

Por sua vez, o presidente do PDT, Mauricio Corrêa, lembrou ser o professor Miguel Reale uma das figuras mais respeitáveis da vida jurídica nacional, mas que por morar em São Paulo não tem a visão focalizada dos que vivem na capital da República. Para Corrêa, os cerca de um milhão e seiscentos mil habitantes de

Brasília desejam emancipar-se política e socialmente.

Já o presidente do PCB, Carlos Alberto Torres, defende a adoção de uma Assembleia Legislativa para o DF, com os deputados estaduais tendo poderes constituintes para estabelecer como seria a representação política a nível das cidades-satélites. Na sua opinião, será possível dar poderes aos administradores das satélites para tratar de questões orçamentárias. Eleito diretamente, ele teria os mesmos poderes do prefeito, no caso, o governador, "até mesmo poderes legislativos".

— O nosso objetivo — ressaltou — é a melhoria de vida do povo, com participação através do voto direto".

O candidato a senador pelo Partido dos Trabalhadores, professor Lauro Campos, foi tachativo: "O jurista Miguel Reale ainda não saiu do Parti-

do Integralista. É um reacionário envolto numa capa de jurisprudência".

Na sua opinião, é fundamental mudar "a organização despótica e autoritária que impõe ao DF o preposto apaniguado do Presidente da República, o interventor que geralmente não é aceito pela população. Afinal, os eleitores de Brasília têm consciências de que há muito atingiram a maioria, sendo capazes de escolher o seu governador em eleição direta e os representantes no Legislativo local".

Contrário à posição de todos, o arcebispo de Brasília, dom José Falcão, alegou não ver necessidade na eleição de uma Assembleia Legislativa para Brasília, tampouco que o governador seja eleito. Para ele, já é satisfatório que o DF possa eleger representantes para o Congresso Nacional.